

CONTAS NACIONAIS

número 40

CONTAS REGIONAIS
DO BRASIL

2 0 1 1

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Marcia Maria Melo Quintslr

Diretoria de Geociências
Wadiah João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Denise Britz do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais
Roberto Luís Olinto Ramos

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais
número 40

Contas Regionais do Brasil

2011

Rio de Janeiro
2013

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1415-9813 Contas Nacionais

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais relativos às tabelas de recursos e usos, contas econômicas integradas, contas regionais do Brasil, produto interno bruto dos municípios e matriz de insumo-produto.

© IBGE. 2013

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Alberto Guedes da Fontoura Neto

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Síntese do panorama da economia brasileira

Contas Regionais do Brasil de 2002 a 2011

PIB *per capita* de 2011

Tabelas de resultados

1 - Produto Interno Bruto - PIB e participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2011

2 - Valor adicionado bruto a preços básicos e participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2011

3 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto a preços básicos, por atividades econômicas - 2011

4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2011

Referências

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através da Coordenação de Contas Nacionais, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, dá continuidade ao projeto de elaboração de estimativas do Produto Interno Bruto - PIB de cada Unidade da Federação, coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com o Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Neste volume, são apresentados os resultados de 2011 da série de Contas Regionais.

A série das Contas Regionais, com referência em 2002, tem sua metodologia e base de dados plenamente integradas com a série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil - referência 2000. Desde então, incorporaram-se, integralmente, os resultados de pesquisas agropecuárias, como o Censo Agropecuário 1995-1996, de pesquisas econômicas anuais nas áreas de Indústria, Construção Civil, Comércio e Serviços, e de pesquisas domiciliares, tais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, realizadas pelo IBGE. Esta série utiliza dados anuais de instituições externas, como a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, obtidos através da Secretaria da Receita Federal, e adota uma classificação de atividades compatível com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0, sendo divulgada com 17 atividades econômicas ajustadas com os dados do Brasil em valores constantes e correntes.

As tabelas divulgadas nesta publicação compreendem informações sobre a composição do PIB de cada Unidade da Federação, calculadas a partir de estatísticas sobre o valor bruto da produção, consumo intermediário e valor adicionado bruto de cada atividade econômica com o nível de agregação apresentado no Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

O CD-ROM que acompanha a publicação contém informações do volume impresso, os dados da série 2002-2009 já divulgados, além da série 2002-2011 com a agregação de atividades compatível com o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. As notas técnicas sobre a elaboração das Contas Regionais encontram-se descritas, de forma detalhada, na Série Relatórios Metodológicos¹. Ademais, encontra-se disponível no portal do IBGE na Internet a série 2002-2011 encadeada com a série retroplada das Contas Regionais para o período 1995-2011.

O IBGE agradece a todos que participaram da elaboração deste trabalho, em especial aos membros da Comissão Técnica, instituída com as atribuições de cooperar sobre procedimentos metodológicos; propor procedimentos nos trabalhos de cálculo das Contas Regionais, segundo a metodologia das Contas Regionais do IBGE; e atestar que os resultados elaborados, pelos estados, estão compatíveis com a metodologia proposta pelo IBGE para a construção das Contas Regionais do Brasil.

Marcia Maria Melo Quintslr
Diretora de Pesquisas

¹ Para informações complementares, consultar a publicação: CONTAS regionais do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 64 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default.shtm>>. Acesso em: out. 2013.

Introdução

O Sistema de Contas Regionais do Brasil é um trabalho desenvolvido pelo IBGE em conjunto com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Neste contexto, o trabalho de estimativa do Produto Interno Bruto - PIB e do PIB *per capita* das Unidades da Federação, realizado pelo IBGE, possui amparo constitucional, mas, exclusivamente neste projeto, é realizado em parceria com as equipes dos governos estaduais.

Apesar de o IBGE estar, no momento, efetuando a revisão da base do Sistema de Contas Nacionais, cuja nova série, com referência em 2010, será divulgada em 2014, tanto o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais quanto o Sistema de Contas Regionais não interromperam suas estimativas, sobretudo, no caso das Contas Regionais, em virtude da vinculação do resultado do PIB *per capita* por Unidades da Federação, que é um dos fatores para o cálculo das quotas, por parte do Tribunal de Contas da União - TCU, do Fundo de Participação dos Municípios das capitais. No tópico a seguir, são explicitados os procedimentos adotados para a estimativa dos resultados do ano de 2011, com referência em 2002, por Unidades da Federação, sem os parâmetros do Sistema de Contas Nacionais, que foram substituídos, nesta edição, pelos do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

É importante salientar que o Sistema de Contas Regionais do Brasil, no modelo atual, é totalmente integrado ao resultado final do Sistema de Contas Nacionais. Por precaução, no entanto, alerta-se que alguns procedimentos (nível de agregação) foram adotados para as estimativas de 2011 na base atual, 2002, e, portanto, tais estimativas devem ser utilizadas com ressalva para análises da série 2002-2011 em termos de comparabilidade. Em 2014, quando da divulgação da nova série com referência em 2010, os resultados das Contas Regionais do Brasil referentes a 2011 serão rerepresentados de forma integrada à nova série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil.

Contas Regionais do Brasil: principais procedimentos para a estimativa de 2011

Como já frisado, a estimativa do PIB das Unidades da Federação para o ano de 2011 não adotou como parâmetro os resultados definitivos do Sistema de Contas Nacionais brasileiro, e sim os resultados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, pelo fato de que, durante o período de revisão da base, os resultados do Sistema de Contas Nacionais são suspensos e os resultados do Sistema de Contas Trimestrais tornam-se oficiais. Cabe esclarecer, mais uma vez, aos usuários do Sistema de Contas Regionais, que o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais encontra-se igualmente integrado ao Sistema de Contas Nacionais e que seus resultados para o ano de 2011 possuem nível de detalhamento mais restrito.

O nível de detalhamento apresentado nesta publicação corresponde a 12 atividades econômicas e não a 17, como na série 2002-2009. O motivo para esta agregação está vinculado à disponibilidade de informações do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, que, por fornecer um resultado conjuntural, não dispõe, para divulgação, de informações estruturais que só se tornam disponíveis a partir do encerramento do ano analisado. Os resultados das pesquisas estruturais anuais do IBGE que são utilizados nos trabalhos das Contas Nacionais e Regionais do Brasil só estão totalmente disponíveis, em média, 18 meses após o encerramento do ano. Assim, a redução do nível de detalhamento dado pelas Contas Nacionais Trimestrais resulta na restrição da comparabilidade da série disponível, 2002-2009. Além disso, o processo de ajustamento aos resultados nacionais, em 2011, foi realizado em nível menor de abertura do que o efetuado até 2009, tendo em vista que o Sistema de Contas Nacionais possui maior grau de detalhamento do que o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

Ainda sobre os procedimentos adotados para a estimativa do ano de 2011 das Contas Regionais, cabe destacar que as atividades² são estimadas de forma descendente, isto é, os resultados das Contas Nacionais são distribuídos entre

² Para informações complementares, consultar a publicação: CONTAS regionais do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 64 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default.shtm>>. Acesso em: out. 2013.

as Unidades da Federação e não encontram detalhamentos nas Contas Nacionais Trimestrais. Assim, utilizaram-se os pesos do ano de 2009 do Sistema de Contas Nacionais, o último disponível, para estimar os valores, em 2011, correspondentes a essas atividades a partir do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

Quadro 1 - Nível de agregação das atividades econômicas na série 2002-2009 em comparação aos resultados de 2010 e 2011

Nível de agregação 2002-2009	Nível de agregação 2010 e 2011
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	Agropecuária
Pecuária e pesca	
Indústria extrativa	Indústria extrativa
Indústrias de transformação	Indústrias de transformação
Construção civil	Construção civil
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana
Transportes, armazenagem e correio	Transportes, armazenagem e correio
Serviços de informação	Serviços de informação
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados
Atividades imobiliárias e aluguéis	Atividades imobiliárias e aluguéis
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	Administração, saúde e educação públicas e seguridade social
Comércio e serviços de manutenção e reparação	Comércio Outros serviços (Serviços de manutenção e reparação, Serviços de alojamento e alimentação, Serviços prestados às famílias e associativas, Serviços prestados às empresas, Saúde e educação mercantis e Serviços domésticos)
Serviços de alojamento e alimentação	
Serviços prestados às famílias e associativas	
Serviços prestados às empresas	
Saúde e educação mercantis	
Serviços domésticos	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Síntese do panorama da economia brasileira³

O Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado acumulado no ano de 2011 cresceu, em volume, 2,7% em relação ao ano anterior. Em 2010, o crescimento acumulado no ano havia sido de 7,5%. A expansão do PIB resultou do aumento de 2,5% do valor adicionado bruto a preços básicos e do crescimento de 4,3% dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O aumento dos impostos reflete, principalmente, o crescimento, em volume, de 11,4% do Imposto de Importação - II e do aumento de 4,7% do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, sendo este último puxado pela venda de máquinas e equipamentos.

O crescimento, do volume, do valor adicionado da Agropecuária no ano de 2011 foi de 3,9% e decorreu do fato de que várias culturas registraram aumento na estimativa anual de produção. Influenciada pelas condições climáticas favoráveis, a agricultura brasileira apresentou safra recorde de cereais, leguminosas e oleaginosas (159,9 milhões de toneladas), tendo como destaque as seguintes culturas: algodão em caroço (72,6%); fumo em folha (22,0%); arroz em casca (19,0%); soja em grão (9,2%); e mandioca (7,3%). Por outro lado, cabe ressaltar que as estimativas para a pecuária e a silvicultura e exploração florestal tiveram um fraco desempenho.

³ Para informações complementares, consultar a publicação: INDICADORES IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes jan./dez. 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010-2011. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2011/>. Acesso em: out. 2013

Na Indústria, o destaque foi o crescimento da atividade de Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (3,8%) e da Construção civil (3,6%) que acumulou crescimento de 3,9% na população ocupada, e pelo desempenho do crédito direcionado. Quando comparado a igual período do ano anterior, observa-se que as operações de crédito do sistema financeiro com recursos direcionados tiveram expansão, em termos nominais, de 24,3% em 2011.

A Indústria extrativa acumulou expansão de 3,2% no ano, com destaque para a extração de minério de ferro. A Indústria de transformação, por sua vez, apresentou estabilidade em relação ao ano anterior, com variação positiva de 0,1% no volume do valor adicionado bruto a preços básicos. O resultado da Indústria de transformação foi influenciado, principalmente, pela redução do valor adicionado bruto de Artigos do vestuário e acessórios; Artigos de plástico; Metalurgia; Máquinas, aparelhos e material elétrico; e Automóveis. A queda observada nestes setores foi parcialmente contrabalançada pelo crescimento observado em Máquinas e equipamentos; Produtos de metal; Gasolina e óleo *diesel*; e Caminhões e ônibus.

Nos Serviços, os destaques positivos foram as atividades de Serviços de informação (4,9%) e Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados (3,9%). As atividades de Comércio e de Transportes, armazenagem e correio apresentaram crescimento de 3,4% e 2,8%, respectivamente. Durante o ano de 2011, o crescimento da população empregada e da massa real de salários, ao lado da expansão de crédito ao consumo, sustentaram o crescimento das vendas no comércio, principalmente o varejista, em ritmo superior ao registrado pela atividade industrial.

Por fim, as atividades Outros serviços e Administração, saúde e educação públicas e seguridade social cresceram, ambas, 2,3%, seguidas por Atividades imobiliárias e alugueis, onde a expansão foi de 1,4%.

Na análise da demanda, a despesa de consumo das famílias cresceu 4,1%, sendo este o oitavo ano consecutivo de crescimento deste componente. Tal comportamento foi favorecido pela elevação de 4,8% da massa salarial dos trabalhadores, em termos reais, e pelo acréscimo, em termos nominais, de 18,3% do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas. A despesa de consumo da administração pública aumentou 1,9%.

A formação bruta de capital fixo apresentou expansão de 4,7% em 2011 – puxada pela Construção civil e a expansão da importação de máquinas e equipamentos. No âmbito do setor externo, as exportações de bens e serviços registraram crescimento de 4,5%, enquanto as importações de bens e serviços expandiram 9,7%. A valorização cambial ajuda a explicar o maior crescimento relativo das importações: entre 2010 e 2011, a taxa de câmbio (medida pela média trimestral das taxas de câmbio R\$/US\$ de compra e venda) variou de 1,76 para 1,67. Os bens da pauta de importação que mais contribuíram para esse resultado foram: produtos químicos inorgânicos; máquinas e equipamentos; aparelhos e material elétrico; material eletrônico e equipamento de comunicação; automóveis; e peças e acessórios para veículos automotores.

Contas Regionais do Brasil de 2002 a 2011

De 2002 a 2011, três Grandes Regiões ganharam participação: Centro-Oeste avançou 0,8; Norte, 0,7; e Nordeste, 0,4 ponto percentual.

Os resultados de 2011 mostraram que a Região Sudeste participou com 55,4% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Nesse ano, em relação ao anterior, o Estado de São Paulo, com 32,6% do PIB, teve queda de 0,5 ponto percentual, enquanto Rio de Janeiro e Espírito Santo ganharam 0,4 e 0,2 pontos percentuais, respectivamente, e Minas Gerais, com 9,3%, manteve sua participação inalterada.

A Região Sul participou com 16,2% do PIB, com queda de 0,3 ponto percentual em relação a 2010. Rio Grande do Sul perdeu posição relativa no PIB, ao passar de 6,7% para 6,4%, enquanto Santa Catarina ganhou 0,1 ponto percentual, ficando com peso relativo de 4,1%. O Paraná, com 5,8%, manteve a mesma participação de 2010.

Tabela 1 - Participação percentual das Grandes Regiões no Produto Interno Bruto - 2002-2011

Grandes Regiões	Participação percentual no Produto Interno Bruto (%)									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1	5,0	5,3	5,4
Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5	13,5	13,4
Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3	55,4	55,4
Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6	16,5	16,5	16,2
Centro-Oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2	9,6	9,3	9,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

A Região Norte, com 5,4% do PIB em 2011, ganhou 0,1 ponto percentual de participação em relação ao ano anterior e os estados dessa região apresentaram os seguintes resultados: Rondônia passou de 0,6% para 0,7%, Tocantins recuou 0,1 ponto percentual, ficando com 0,4%, enquanto os demais mantiveram as mesmas participações do ano anterior.

A Região Nordeste, em 2011, reduziu sua participação em 0,1 ponto percentual, representando 13,4% do PIB. Dos estados nordestinos, apenas o Maranhão, Paraíba e Bahia alteraram suas participações no PIB brasileiro. Maranhão e Paraíba avançaram, cada, cerca de 0,1 ponto percentual de participação, alcançando 1,3% e 0,9% de participação em 2011; enquanto a Bahia recuou 0,2 ponto percentual, ficando com 3,9% do PIB.

A Região Centro-Oeste, em 2011, avançou a participação em 0,3 ponto percentual em relação a 2010 e restabeleceu o mesmo nível de participação alcançada em 2009: 9,6% do PIB brasileiro. Os Estados de Goiás e Mato Grosso foram os que mais contribuíram para este ganho de participação, ambos avançaram cerca de 0,1 ponto percentual na participação do PIB brasileiro, sendo responsáveis por 2,7% e 1,7% em 2011, respectivamente. Distrito Federal e Mato Grosso do Sul mantiveram a mesma participação de 2010: 4,0% e 1,2%, respectivamente.

No ano de 2011, oito Unidades da Federação (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Distrito Federal e Bahia) representaram 77,1% no PIB brasileiro, conferindo uma queda de 0,7 ponto percentual de participação em relação a 2010. Na série 2002-2011, este grupo perdeu 2,6 pontos percentuais de participação para os outros 19 estados e os 77,1% de participação do PIB confere ao ano de 2011 a menor participação da série. O avanço da fronteira agrícola, os incentivos regionais, a maior mobilidade das plantas industriais, além do avanço das novas classes consumidoras, são alguns dos fatores que influenciaram a perda de participação desses estados no PIB brasileiro nos anos da série 2002-2011.

O grupo dos outros 19 estados que participavam com 20,3% do PIB brasileiro em 2002, ganharam 2,6 pontos percentuais em 2011. Deste grupo, os destaques foram: Espírito Santo, Pará, Mato Grosso e Maranhão, que ganharam 0,6, 0,4, 0,3 e 0,3 pontos

percentuais, respectivamente, de participação no PIB brasileiro. Os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Rondônia ganharam 0,2 ponto percentual cada; enquanto os Estados de Pernambuco, Ceará, Amazonas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí ganharam 0,1 ponto percentual, cada, no mesmo período. Os demais, em 2011, mantiveram as participações relativas de 2002.

Tabela 2 - Participação percentual e posição relativa do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação que participam com cerca de 80% do Produto Interno Bruto do Brasil em 2011 - 2002-2011

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto									
	2002		2003		2004		2005		2006	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
São Paulo	34,6	1º	34,1	1º	33,1	1º	33,9	1º	33,9	1º
Rio de Janeiro	11,6	2º	11,1	2º	11,5	2º	11,5	2º	11,6	2º
Minas Gerais	8,6	3º	8,8	3º	9,1	3º	9,0	3º	9,1	3º
Rio Grande do Sul	7,1	4º	7,3	4º	7,1	4º	6,7	4º	6,6	4º
Paraná	6,0	5º	6,4	5º	6,3	5º	5,9	5º	5,8	5º
Santa Catarina	3,8	8º	3,9	7º	4,0	7º	4,0	7º	3,9	7º
Distrito Federal	3,8	7º	3,7	8º	3,6	8º	3,8	8º	3,8	8º
Bahia	4,1	6º	4,0	6º	4,1	6º	4,2	6º	4,1	6º
1ª a 8ª posição	79,7		79,3		78,9		78,9		78,7	

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto									
	2007		2008		2009		2010		2011	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
São Paulo	33,9	1º	33,1	1º	33,5	1º	33,1	1º	32,6	1º
Rio de Janeiro	11,2	2º	11,3	2º	10,9	2º	10,8	2º	11,2	2º
Minas Gerais	9,1	3º	9,3	3º	8,9	3º	9,3	3º	9,3	3º
Rio Grande do Sul	6,6	4º	6,6	4º	6,7	4º	6,7	4º	6,4	4º
Paraná	6,1	5º	5,9	5º	5,9	5º	5,8	5º	5,8	5º
Santa Catarina	3,9	7º	4,1	6º	4,0	8º	4,0	7º	4,1	6º
Distrito Federal	3,8	8º	3,9	8º	4,1	7º	4,0	8º	4,0	7º
Bahia	4,1	6º	4,0	7º	4,2	6º	4,1	6º	3,9	8º
1ª a 8ª posição	78,7		78,2		78,1		77,8		77,1	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 3 - Participação percentual e posição relativa do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação que participam com cerca de 20% do Produto Interno Bruto do Brasil em 2011 - 2002-2011

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto									
	2002		2003		2004		2005		2006	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
Goiás	2,5	9 ^o	2,5	9 ^o	2,5	9 ^o	2,4	9 ^o	2,4	9 ^o
Pernambuco	2,4	10 ^o	2,3	10 ^o						
9^o e 10^o posição	4,9		4,8		4,7		4,7		4,7	
Espírito Santo	1,8	12 ^o	1,8	12 ^o	2,1	11 ^o	2,2	11 ^o	2,2	11 ^o
Pará	1,7	13 ^o	1,8	13 ^o	1,8	14 ^o	1,8	13 ^o	1,9	13 ^o
Ceará	2,0	11 ^o	1,9	11 ^o	1,9	13 ^o	1,9	12 ^o	2,0	12 ^o
Mato Grosso	1,4	15 ^o	1,6	14 ^o	1,9	12 ^o	1,7	14 ^o	1,5	15 ^o
Amazonas	1,5	14 ^o	1,5	15 ^o	1,6	15 ^o	1,6	15 ^o	1,7	14 ^o
11^o a 15^o posição	8,4		8,6		9,3		9,2		9,2	
Maranhão	1,0	16 ^o	1,1	17 ^o	1,1	16 ^o	1,2	16 ^o	1,2	16 ^o
Mato Grosso do Sul	1,0	17 ^o	1,1	16 ^o	1,1	17 ^o	1,0	17 ^o	1,0	17 ^o
16^o e 17^o posição	2,1		2,2		2,2		2,2		2,2	
Rio Grande do Norte	0,8	19 ^o	0,8	19 ^o	0,8	18 ^o	0,8	18 ^o	0,9	18 ^o
Paraíba	0,8	18 ^o	0,8	18 ^o	0,8	19 ^o	0,8	19 ^o	0,8	19 ^o
18^o e 19^o posição	1,7		1,6		1,6		1,6		1,7	
Alagoas	0,7	20 ^o	0,7	20 ^o	0,7	20 ^o	0,7	20 ^o	0,7	20 ^o
Rondônia	0,5	22 ^o	0,6	22 ^o						
Sergipe	0,6	21 ^o	0,6	21 ^o	0,6	21 ^o	0,6	21 ^o	0,6	21 ^o
Piauí	0,5	23 ^o	0,5	23 ^o	0,5	23 ^o	0,5	23 ^o	0,5	23 ^o
Tocantins	0,4	24 ^o	0,4	24 ^o	0,4	24 ^o	0,4	24 ^o	0,4	24 ^o
20^o a 24^o posição	2,7		2,8		2,8		2,8		2,8	
Amapá	0,2	25 ^o	0,2	25 ^o	0,2	26 ^o	0,2	26 ^o	0,2	25 ^o
Acre	0,2	26 ^o	0,2	26 ^o	0,2	25 ^o	0,2	25 ^o	0,2	26 ^o
Roraima	0,2	27 ^o	0,2	27 ^o	0,1	27 ^o	0,1	27 ^o	0,2	27 ^o
25^o a 27^o posição	0,6		0,6		0,5		0,6		0,6	
9^o a 20^o posição	20,3		20,7		21,1		21,1		21,3	

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto									
	2007		2008		2009		2010		2011	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
Goiás	2,5	9 ^o	2,5	9 ^o	2,6	9 ^o	2,6	9 ^o	2,7	9 ^o
Pernambuco	2,3	10 ^o	2,3	10 ^o	2,4	10 ^o	2,5	10 ^o	2,5	10 ^o
9^o e 10^o posição	4,8		4,8		5,1		5,1		5,2	
Espírito Santo	2,3	11 ^o	2,3	11 ^o	2,1	11 ^o	2,2	11 ^o	2,4	11 ^o
Pará	1,9	13 ^o	1,9	13 ^o	1,8	13 ^o	2,1	13 ^o	2,1	12 ^o
Ceará	1,9	12 ^o	2,0	12 ^o	2,0	12 ^o	2,1	12 ^o	2,1	13 ^o
Mato Grosso	1,6	14 ^o	1,8	14 ^o	1,8	14 ^o	1,6	15 ^o	1,7	14 ^o
Amazonas	1,6	15 ^o	1,5	15 ^o	1,5	15 ^o	1,6	14 ^o	1,6	15 ^o
11^o a 15^o posição	9,2		9,5		9,2		9,5		9,9	
Maranhão	1,2	16 ^o	1,3	16 ^o	1,2	16 ^o	1,2	16 ^o	1,3	16 ^o
Mato Grosso do Sul	1,1	17 ^o	1,1	17 ^o	1,1	17 ^o	1,2	17 ^o	1,2	17 ^o
16^o e 17^o posição	2,2		2,4		2,4		2,4		2,4	
Rio Grande do Norte	0,9	18 ^o	0,8	19 ^o	0,9	19 ^o	0,9	18 ^o	0,9	18 ^o
Paraíba	0,8	19 ^o	0,8	18 ^o	0,9	18 ^o	0,8	19 ^o	0,9	19 ^o
18^o e 19^o posição	1,7		1,7		1,7		1,7		1,7	
Alagoas	0,7	20 ^o	0,6	21 ^o	0,7	20 ^o	0,7	20 ^o	0,7	20 ^o
Rondônia	0,6	22 ^o	0,6	22 ^o	0,6	21 ^o	0,6	22 ^o	0,7	21 ^o
Sergipe	0,6	21 ^o	0,6	20 ^o	0,6	22 ^o	0,6	21 ^o	0,6	22 ^o
Piauí	0,5	23 ^o	0,6	23 ^o						
Tocantins	0,4	24 ^o	0,4	24 ^o	0,4	24 ^o	0,5	24 ^o	0,4	24 ^o
20^o a 24^o posição	2,8		2,9		2,9		3,0		3,0	
Amapá	0,2	25 ^o	0,2	25 ^o	0,2	25 ^o	0,2	26 ^o	0,2	25 ^o
Acre	0,2	26 ^o	0,2	26 ^o	0,2	26 ^o	0,2	25 ^o	0,2	26 ^o
Roraima	0,2	27 ^o	0,2	27 ^o	0,2	27 ^o	0,2	27 ^o	0,2	27 ^o
25^o a 27^o posição	0,6		0,6		0,6		0,6		0,6	
9^o a 20^o posição	21,3		21,8		21,9		22,2		22,9	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

PIB *per capita* de 2011

Em 2011, oito Unidades da Federação apresentaram o PIB *per capita* acima da média brasileira, que foi de R\$ 21 535,65: Distrito Federal; São Paulo; Rio de Janeiro; Espírito Santo; Santa Catarina; Rio Grande do Sul; Mato Grosso e Paraná. Neste conjunto, figuram todos os estados da Região Sul, três da Região Sudeste e dois da Região Centro-Oeste. O Distrito Federal, com o maior PIB *per capita* brasileiro, R\$ 63 020,02, representou quase três vezes a média brasileira e quase o dobro da registrada em São Paulo, R\$ 32 449,06, a segunda maior do País. Entre os estados com PIB *per capita* menor, encontram-se Maranhão e Piauí, com R\$ 7 852,71 e R\$ 7 835,75, respectivamente. Os valores do PIB *per capita* do Maranhão e do Piauí foram cerca de 36,5% e 36,4% do PIB *per capita* brasileiro, respectivamente.

Tabela 4 - Produto Interno Bruto, população residente e Produto Interno Bruto *per capita*, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2011

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto (1 000 000 R\$)	População residente (hab.) (1)	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)
Brasil	4 143 013	192 379 287	21 535,65
Norte	223 538	16 095 187	13 888,49
Rondônia	27 839	1 576 455	17 659,33
Acre	8 794	746 386	11 782,59
Amazonas	64 555	3 538 387	18 244,30
Roraima	6 951	460 165	15 105,86
Pará	88 371	7 688 593	11 493,73
Amapá	8 968	684 309	13 105,24
Tocantins	18 059	1 400 892	12 891,19
Nordeste	555 325	53 501 859	10 379,55
Maranhão	52 187	6 645 761	7 852,71
Piauí	24 607	3 140 328	7 835,75
Ceará	87 982	8 530 155	10 314,29
Rio Grande do Norte	36 103	3 198 657	11 286,99
Paraíba	35 444	3 791 315	9 348,69
Pernambuco	104 394	8 864 906	11 776,10
Alagoas	28 540	3 143 384	9 079,48
Sergipe	26 199	2 089 819	12 536,45
Bahia	159 869	14 097 534	11 340,18
Sudeste	2 295 690	80 975 616	28 350,39
Minas Gerais	386 156	19 728 701	19 573,29
Espírito Santo	97 693	3 547 055	27 542,13
Rio de Janeiro	462 376	16 112 678	28 696,42
São Paulo	1 349 465	41 587 182	32 449,06
Sul	672 049	27 562 433	24 382,79
Paraná	239 366	10 512 349	22 769,98
Santa Catarina	169 050	6 317 054	26 760,82
Rio Grande do Sul	263 633	10 733 030	24 562,81
Centro-Oeste	396 411	14 244 192	27 829,64
Mato Grosso do Sul	49 242	2 477 542	19 875,45
Mato Grosso	71 418	3 075 936	23 218,24
Goiás	111 269	6 080 716	18 298,59
Distrito Federal	164 482	2 609 998	63 020,02

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; e Coordenação de População e Indicadores Sociais.

(1) População estimada para 1º de julho de 2011, por municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU em 09.11.2011.

Tabelas de resultados

Tabela 1 – Produto Interno Bruto - PIB e participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2011

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto	
	Valor corrente (1 000 000 R\$)	Participação (%)
Brasil	4 143 013	100,0
Norte	223 538	5,4
Rondônia	27 839	0,7
Acre	8 794	0,2
Amazonas	64 555	1,6
Roraima	6 951	0,2
Pará	88 371	2,1
Amapá	8 968	0,2
Tocantins	18 059	0,4
Nordeste	555 325	13,4
Maranhão	52 187	1,3
Piauí	24 607	0,6
Ceará	87 982	2,1
Rio Grande do Norte	36 103	0,9
Paraíba	35 444	0,9
Pernambuco	104 394	2,5
Alagoas	28 540	0,7
Sergipe	26 199	0,6
Bahia	159 869	3,9
Sudeste	2 295 690	55,4
Minas Gerais	386 156	9,3
Espírito Santo	97 693	2,4
Rio de Janeiro	462 376	11,2
São Paulo	1 349 465	32,6
Sul	672 049	16,2
Paraná	239 366	5,8
Santa Catarina	169 050	4,1
Rio Grande do Sul	263 633	6,4
Centro-Oeste	396 411	9,6
Mato Grosso do Sul	49 242	1,2
Mato Grosso	71 418	1,7
Goiás	111 269	2,7
Distrito Federal	164 482	4,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 2 - Valor adicionado bruto a preços básicos e participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2011

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Valor adicionado bruto a preços básicos	
	Valor corrente (1 000 000 R\$)	Participação (%)
Brasil	3 530 871	100,0
Norte	198 658	5,6
Rondônia	24 673	0,7
Acre	8 051	0,2
Amazonas	53 898	1,5
Roraima	6 408	0,2
Pará	80 822	2,3
Amapá	8 350	0,2
Tocantins	16 456	0,5
Nordeste	486 899	13,8
Maranhão	46 545	1,3
Piauí	21 975	0,6
Ceará	77 476	2,2
Rio Grande do Norte	31 880	0,9
Paraíba	31 718	0,9
Pernambuco	88 506	2,5
Alagoas	25 661	0,7
Sergipe	23 413	0,7
Bahia	139 724	4,0
Sudeste	1 922 243	54,4
Minas Gerais	339 423	9,6
Espírito Santo	78 921	2,2
Rio de Janeiro	395 073	11,2
São Paulo	1 108 826	31,4
Sul	575 335	16,3
Paraná	204 265	5,8
Santa Catarina	143 352	4,1
Rio Grande do Sul	227 717	6,4
Centro-Oeste	347 737	9,8
Mato Grosso do Sul	42 737	1,2
Mato Grosso	64 246	1,8
Goiás	96 285	2,7
Distrito Federal	144 469	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 3 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto a preços básicos, por atividades econômicas - 2011

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)						
	Total	Atividades econômicas					
		Agropecuária	Indústria extrativa	Indústrias de transformação	Construção civil	Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	Comércio
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	5,6	9,5	16,6	4,6	6,9	5,6	4,8
Rondônia	0,7	2,6	0,1	0,3	1,4	0,1	0,7
Acre	0,2	0,7	0,0	0,0	0,3	0,1	0,2
Amazonas	1,5	1,9	1,1	3,2	1,5	1,2	1,3
Roraima	0,2	0,2	0,0	0,0	0,2	0,1	0,2
Pará	2,3	2,5	15,2	0,8	2,5	2,9	1,7
Amapá	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,2
Tocantins	0,5	1,5	0,1	0,1	0,7	1,2	0,4
Nordeste	13,8	16,6	7,0	8,7	18,1	20,9	15,7
Maranhão	1,3	4,2	0,8	0,4	2,0	0,8	1,6
Piauí	0,6	0,8	0,1	0,2	0,8	0,9	0,8
Ceará	2,2	1,9	0,3	1,6	2,3	3,7	2,7
Rio Grande do Norte	0,9	0,6	1,9	0,4	1,1	0,3	1,0
Paraíba	0,9	0,7	0,1	0,5	0,9	2,0	1,0
Pernambuco	2,5	1,6	0,1	1,7	3,7	4,1	2,7
Alagoas	0,7	0,8	0,2	0,7	0,9	0,9	0,9
Sergipe	0,7	0,4	1,2	0,3	0,9	1,4	0,6
Bahia	4,0	5,4	2,4	2,8	5,5	6,8	4,5
Sudeste	54,4	31,7	73,4	59,6	51,3	44,6	51,5
Minas Gerais	9,6	16,1	18,9	10,0	10,0	10,9	8,6
Espírito Santo	2,2	2,5	12,2	1,6	2,1	0,2	2,3
Rio de Janeiro	11,2	0,9	39,8	6,1	11,1	8,1	8,6
São Paulo	31,4	12,1	2,5	41,8	28,1	25,3	32,0
Sul	16,3	24,5	1,2	21,8	14,4	21,8	18,9
Paraná	5,8	9,2	0,3	7,0	5,3	7,7	7,4
Santa Catarina	4,1	4,5	0,6	6,4	4,0	7,8	5,0
Rio Grande do Sul	6,4	10,9	0,4	8,4	5,1	6,4	6,5
Centro-Oeste	9,8	17,7	1,7	5,3	9,3	7,2	9,1
Mato Grosso do Sul	1,2	3,1	0,3	1,0	1,4	1,1	1,4
Mato Grosso	1,8	8,0	0,2	1,2	1,6	1,9	2,4
Goiás	2,7	6,3	1,2	2,6	3,6	3,3	3,3
Distrito Federal	4,1	0,3	0,0	0,5	2,7	0,9	2,1

Tabela 3 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no valor adicionado bruto a preços básicos, por atividades econômicas - 2011

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)					
	Atividades econômicas					
	Transportes, armazenagem e correio	Serviços de informação	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	Atividades imobiliárias e aluguéis	Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	Outros serviços
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,2	2,6	2,0	4,9	7,8	3,3
Rondônia	0,4	0,2	0,3	0,6	1,2	0,4
Acre	0,1	0,1	0,1	0,2	0,5	0,1
Amazonas	1,5	0,7	0,5	1,0	1,7	1,0
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1	0,5	0,1
Pará	1,7	1,3	0,8	2,3	2,4	1,3
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,3	0,7	0,2
Tocantins	0,3	0,1	0,2	0,3	0,8	0,3
Nordeste	12,8	8,5	8,4	13,6	19,5	12,8
Maranhão	1,7	0,6	0,5	1,3	1,8	0,8
Piauí	0,4	0,3	0,3	0,6	1,1	0,5
Ceará	2,5	1,4	1,6	2,1	3,0	2,2
Rio Grande do Norte	0,6	0,5	0,5	0,9	1,6	0,9
Paraíba	0,6	0,6	0,5	0,9	1,8	0,7
Pernambuco	2,1	1,7	1,9	2,5	3,7	2,6
Alagoas	0,5	0,4	0,4	0,6	1,2	0,5
Sergipe	0,6	0,5	0,4	0,7	1,1	0,5
Bahia	3,8	2,5	2,4	4,0	4,4	4,0
Sudeste	58,5	70,6	66,9	57,5	40,0	61,7
Minas Gerais	9,5	6,6	6,6	10,5	8,0	8,2
Espírito Santo	3,0	1,4	1,1	1,4	1,9	1,6
Rio de Janeiro	11,8	16,9	9,2	12,0	12,4	12,9
São Paulo	34,2	45,7	50,0	33,7	17,8	39,0
Sul	16,9	11,2	13,9	15,6	13,6	14,8
Paraná	6,5	3,7	5,8	5,7	4,2	5,2
Santa Catarina	3,5	2,8	2,7	4,5	3,0	3,2
Rio Grande do Sul	6,9	4,7	5,5	5,4	6,4	6,4
Centro-Oeste	7,6	7,0	8,8	8,4	19,1	7,5
Mato Grosso do Sul	1,3	0,7	0,7	1,0	1,4	0,9
Mato Grosso	1,8	1,1	0,8	1,6	1,6	1,1
Goiás	2,5	1,6	1,9	2,6	2,3	2,3
Distrito Federal	1,9	3,7	5,3	3,3	13,7	3,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2011

(continua)

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
Brasil	
Total	100,0
Agropecuária	5,5
Indústria	27,5
Indústria extrativa	4,1
Indústria de transformação	14,6
Construção civil	5,8
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,1
Serviços	67,0
Comércio	12,6
Transportes, armazenagem e correio	5,1
Serviços de informação	3,0
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	7,4
Atividades imobiliárias e aluguéis	7,9
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	16,3
Outros serviços	14,5
Rondônia	
Total	100,0
Agropecuária	20,2
Indústria	19,0
Indústria extrativa	0,7
Indústria de transformação	6,4
Construção civil	11,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	0,3
Serviços	60,8
Comércio	13,5
Transportes, armazenagem e correio	2,6
Serviços de informação	0,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	2,8
Atividades imobiliárias e aluguéis	6,4
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	27,3
Outros serviços	7,4

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2011

(continuação)

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
Acre	
Total	100,0
Agropecuária	17,7
Indústria	13,4
Indústria extrativa	0,0
Indústrias de transformação	3,1
Construção civil	8,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,7
Serviços	68,9
Comércio	10,5
Transportes, armazenagem e correio	2,4
Serviços de informação	1,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,0
Atividades imobiliárias e aluguéis	8,5
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	35,3
Outros serviços	7,9
Amazonas	
Total	100,0
Agropecuária	6,9
Indústria	41,7
Indústria extrativa	3,1
Indústrias de transformação	30,5
Construção civil	5,7
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,4
Serviços	51,4
Comércio	10,6
Transportes, armazenagem e correio	4,9
Serviços de informação	1,5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	2,5
Atividades imobiliárias e aluguéis	5,1
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	17,7
Outros serviços	9,2

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2011

(continuação)

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
Roraima	
Total	100,0
Agropecuária	4,5
Indústria	11,4
Indústria extrativa	0,5
Indústria de transformação	1,6
Construção civil	7,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,3
Serviços	84,1
Comércio	13,3
Transportes, armazenagem e correio	1,9
Serviços de informação	1,5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,4
Atividades imobiliárias e aluguéis	6,4
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	49,4
Outros serviços	8,1
Pará	
Total	100,0
Agropecuária	6,1
Indústria	42,5
Indústria extrativa	27,1
Indústria de transformação	5,3
Construção civil	6,2
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,8
Serviços	51,5
Comércio	9,5
Transportes, armazenagem e correio	3,9
Serviços de informação	1,8
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	2,7
Atividades imobiliárias e aluguéis	8,0
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	17,1
Outros serviços	8,5

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2011

(continuação)

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
Amapá	
Total	100,0
Agropecuária	3,3
Indústria	8,1
Indústria extrativa	1,4
Indústria de transformação	1,9
Construção civil	3,8
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,1
Serviços	88,6
Comércio	12,4
Transportes, armazenagem e correio	3,1
Serviços de informação	1,8
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	2,2
Atividades imobiliárias e aluguéis	10,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	48,7
Outros serviços	9,6
Tocantins	
Total	100,0
Agropecuária	17,1
Indústria	21,5
Indústria extrativa	0,7
Indústria de transformação	3,8
Construção civil	9,0
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	8,0
Serviços	61,4
Comércio	11,9
Transportes, armazenagem e correio	3,1
Serviços de informação	0,8
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,1
Atividades imobiliárias e aluguéis	4,7
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	29,2
Outros serviços	8,6

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2011

(continuação)

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
Maranhão	
Total	100,0
Agropecuária	17,5
Indústria	17,5
Indústria extrativa	2,5
Indústria de transformação	4,4
Construção civil	8,7
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,9
Serviços	64,9
Comércio	15,1
Transportes, armazenagem e correio	6,7
Serviços de informação	1,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	2,8
Atividades imobiliárias e aluguéis	7,7
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	22,1
Outros serviços	9,2
Piauí	
Total	100,0
Agropecuária	7,4
Indústria	18,4
Indústria extrativa	0,5
Indústria de transformação	5,6
Construção civil	7,8
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	4,4
Serviços	74,2
Comércio	16,0
Transportes, armazenagem e correio	3,4
Serviços de informação	1,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,7
Atividades imobiliárias e aluguéis	7,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	29,1
Outros serviços	12,5

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2011

(continuação)

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
Ceará	
Total	100,0
Agropecuária	4,7
Indústria	22,2
Indústria extrativa	0,5
Indústria de transformação	10,4
Construção civil	6,1
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	5,2
Serviços	73,1
Comércio	15,5
Transportes, armazenagem e correio	5,8
Serviços de informação	1,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	5,5
Atividades imobiliárias e aluguéis	7,6
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	22,0
Outros serviços	14,8
Rio Grande do Norte	
Total	100,0
Agropecuária	3,7
Indústria	23,7
Indústria extrativa	8,4
Indústria de transformação	7,0
Construção civil	7,2
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,0
Serviços	72,6
Comércio	13,5
Transportes, armazenagem e correio	3,3
Serviços de informação	1,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,8
Atividades imobiliárias e aluguéis	7,4
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	28,3
Outros serviços	14,5

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2011

		(continuação)
Atividades econômicas		Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
Paraíba		
Total		100,0
Agropecuária		4,5
Indústria		21,5
Indústria extrativa		0,6
Indústria de transformação		8,4
Construção civil		5,7
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		6,8
Serviços		74,0
Comércio		14,0
Transportes, armazenagem e correio		3,2
Serviços de informação		1,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		4,0
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		32,3
Outros serviços		10,8
Pernambuco		
Total		100,0
Agropecuária		3,5
Indústria		24,0
Indústria extrativa		0,2
Indústria de transformação		10,2
Construção civil		8,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		5,1
Serviços		72,6
Comércio		13,6
Transportes, armazenagem e correio		4,4
Serviços de informação		2,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		5,6
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,9
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		24,0
Outros serviços		15,0

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2011

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)	
Alagoas		
Total		100,0
Agropecuária		6,1
Indústria		25,2
Indústria extrativa		1,2
Indústria de transformação		13,5
Construção civil		6,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		3,6
Serviços		68,7
Comércio		15,9
Transportes, armazenagem e correio		3,8
Serviços de informação		1,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		3,8
Atividades imobiliárias e aluguéis		6,6
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		25,9
Outros serviços		10,9
Sergipe		
Total		100,0
Agropecuária		3,5
Indústria		28,8
Indústria extrativa		7,1
Indústria de transformação		7,5
Construção civil		7,7
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		6,5
Serviços		67,7
Comércio		10,8
Transportes, armazenagem e correio		4,8
Serviços de informação		2,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		4,2
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		27,5
Outros serviços		10,3

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2011

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)	
Bahia		
Total		100,0
Agropecuária		7,4
Indústria		26,2
Indústria extrativa		2,4
Indústria de transformação		10,4
Construção civil		8,0
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		5,3
Serviços		66,3
Comércio		14,3
Transportes, armazenagem e correio		4,9
Serviços de informação		1,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		4,5
Atividades imobiliárias e aluguéis		8,0
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		18,1
Outros serviços		14,6
Minas Gerais		
Total		100,0
Agropecuária		9,2
Indústria		32,8
Indústria extrativa		8,0
Indústria de transformação		15,3
Construção civil		6,0
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		3,5
Serviços		58,0
Comércio		11,3
Transportes, armazenagem e correio		5,0
Serviços de informação		2,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		5,1
Atividades imobiliárias e aluguéis		8,6
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		13,5
Outros serviços		12,4

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2011

(continuação)

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
Espírito Santo	
Total	100,0
Agropecuária	6,2
Indústria	38,5
Indústria extrativa	22,3
Indústria de transformação	10,5
Construção civil	5,4
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	0,3
Serviços	55,2
Comércio	13,2
Transportes, armazenagem e correio	6,9
Serviços de informação	2,0
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,5
Atividades imobiliárias e aluguéis	5,1
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	13,9
Outros serviços	10,7
Rio de Janeiro	
Total	100,0
Agropecuária	0,4
Indústria	30,4
Indústria extrativa	14,5
Indústria de transformação	8,0
Construção civil	5,7
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,2
Serviços	69,2
Comércio	9,8
Transportes, armazenagem e correio	5,4
Serviços de informação	4,6
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	6,1
Atividades imobiliárias e aluguéis	8,4
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	18,1
Outros serviços	16,7

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2011

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)	
São Paulo		
Total		100,0
Agropecuária		2,1
Indústria		27,4
Indústria extrativa		0,3
Indústria de transformação		19,4
Construção civil		5,2
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		2,5
Serviços		70,5
Comércio		12,9
Transportes, armazenagem e correio		5,6
Serviços de informação		4,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		11,8
Atividades imobiliárias e aluguéis		8,5
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		9,2
Outros serviços		18,0
Paraná		
Total		100,0
Agropecuária		8,7
Indústria		27,3
Indústria extrativa		0,2
Indústria de transformação		17,7
Construção civil		5,3
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		4,1
Serviços		64,1
Comércio		16,3
Transportes, armazenagem e correio		5,8
Serviços de informação		1,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		7,4
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		11,8
Outros serviços		13,0

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2011

		(continuação)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)	
Santa Catarina		
Total		100,0
Agropecuária		6,0
Indústria		35,1
Indústria extrativa		0,6
Indústria de transformação		22,9
Construção civil		5,7
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		5,9
Serviços		59,0
Comércio		15,5
Transportes, armazenagem e correio		4,5
Serviços de informação		2,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		4,9
Atividades imobiliárias e aluguéis		8,6
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		11,9
Outros serviços		11,4
Rio Grande do Sul		
Total		100,0
Agropecuária		9,2
Indústria		26,9
Indústria extrativa		0,2
Indústria de transformação		19,1
Construção civil		4,5
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		3,0
Serviços		64,0
Comércio		12,7
Transportes, armazenagem e correio		5,5
Serviços de informação		2,2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		6,3
Atividades imobiliárias e aluguéis		6,6
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		16,2
Outros serviços		14,4

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2011

(continuação)

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)
Mato Grosso do Sul	
Total	100,0
Agropecuária	14,0
Indústria	22,8
Indústria extrativa	1,0
Indústria de transformação	12,0
Construção civil	6,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,9
Serviços	63,1
Comércio	14,6
Transportes, armazenagem e correio	5,5
Serviços de informação	1,6
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	4,4
Atividades imobiliárias e aluguéis	6,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	19,2
Outros serviços	11,0
Mato Grosso	
Total	100,0
Agropecuária	24,1
Indústria	18,6
Indústria extrativa	0,4
Indústria de transformação	10,0
Construção civil	5,0
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,2
Serviços	57,3
Comércio	16,6
Transportes, armazenagem e correio	5,2
Serviços de informação	1,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,4
Atividades imobiliárias e aluguéis	6,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	14,5
Outros serviços	9,0

Tabela 4 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação - 2011

		(conclusão)
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)	
Goiás		
Total		100,0
Agropecuária		12,5
Indústria		26,8
Indústria extrativa		1,8
Indústria de transformação		13,8
Construção civil		7,5
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		3,7
Serviços		60,7
Comércio		15,2
Transportes, armazenagem e correio		4,7
Serviços de informação		1,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		5,2
Atividades imobiliárias e aluguéis		7,4
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		14,1
Outros serviços		12,4
Distrito Federal		
Total		100,0
Agropecuária		0,3
Indústria		6,4
Indústria extrativa		0,0
Indústria de transformação		1,8
Construção civil		3,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana		0,6
Serviços		93,3
Comércio		6,4
Transportes, armazenagem e correio		2,4
Serviços de informação		2,8
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados		9,7
Atividades imobiliárias e aluguéis		6,3
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social		54,7
Outros serviços		11,1

Referências

ACTUALIZACIÓN del sistema de cuentas nacionales 1993 (SCN 1993): conjunto completo de recomendaciones provisionales. Guatemala: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal: Banco de Guatemala, 2006. Trabalho apresentado pelo Grupo de Expertos Asesores del Proceso de Actualización del SCN 1993, no Seminario Latinoamericano de Cuentas Nacionales, realizado na Guatemala, 2006. 68 p. Disponível em: <http://www.eclac.cl/deype/noticias/noticias/3/26983/ActualizacionSCN93_AEG.pdf> . Acesso em: out. 2013

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. *Carga tributária no Brasil 2011*. Brasília, DF, 2012. 34 p. (Estudos tributários). Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/esttributarios/Estatisticas/default.htm>> . Acesso em: out. 2013.

_____. *Resultado da arrecadação*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>> . Acesso em: out. 2013.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE: versão 1.0. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 319 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>> . Acesso em: out. 2013.

CONTAS regionais do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 64 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default.shtm>> . Acesso em: out. 2013.

DIEWERT, W. E. *Price and volume measures in the system of national accounts*. Cambridge, MA.: National Bureau of Economic Research, 1995. 63 p. (Working paper, n. 5103). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w5103.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

FEIJÓ, C. A. et al. *Contabilidade social: a nova referência das contas nacionais do Brasil*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campús, 2008. 326 p.

HANDBOOK on price and volume measures in national accounts. Luxembourg: Statistical Office of the European Communities - Eurostat, 2001. 174 p. Disponível em: <<http://www.cbs.nl/NR/rdonlyres/54E6E10F-1B8E-4161-A9A7-9CB1B9D1C013/0/handbookpricevolume.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

IMPLEMENTATION of SNA 93: educating the user: the ABS strategy. Trabalho apresentado no OECD/ESCAP Meeting on National Accounts, realizado em Bangkok, 1998. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/17/45/2665540.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

ÍNDICE nacional de preços ao consumidor amplo - IPCA 2003-2011. In: IBGE. *Sidra*: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>. Acesso em: out. 2013.

INFORMAÇÕES de saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Datasus*. Brasília, DF, [2011]. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso em: out. 2013.

INTRODUCTION of chain volume measures: the Australian experience. Trabalho apresentado no OECD Meeting of National Accounts Experts, realizado em Paris, 1998. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/52/56/2681861.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

JACKSON, C. *The effect of rebasing on GDP*. Ottawa: Statistics Canada, 1996. 24 p. (Income and expenditure accounts technical series, n. 35). Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/pub/13-604-m/13-604-m1996035-eng.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

MANUAL de estadísticas de finanzas públicas 2001. Washington, DC: International Monetary Fund - IMF, 2001. 219 p. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/gfs/manual/esl/pdf/all.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

MANUAL on sources and methods for the compilation of ESA95 financial accounts. Luxembourg: Statistical Office of the European Communities - Eurostat, 2002. 166 p. (Methods and nomenclatures). Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-BE-02-004/EN/KS-BE-02-004-EN.PDF>. Acesso em: out. 2013.

NATIONAL accounts: a practical introduction. New York: United Nations, Statistics Division, 2003. (Studies in methods. Series F, n. 85). Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/seriesF_85.pdf>. Acesso em: out. 2013.

NOTAS metodológicas da nova série do Sistema de Contas Nacionais (SCN) referência 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/default_SCN.shtm>. Acesso em: out. 2013.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 172 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default.shtm>>. Acesso em: out. 2013.

SYSTEM of national accounts 1993. Luxembourg: Commission of the European Communities, 1993. 814 p. Preparado sob os auspícios da Comissão das Comunidades Europeias - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização das Nações Unidas - ONU e Banco Mundial. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna1993.asp>>. Acesso em: out. 2013.

U.S. PETROLEUM prices. Washington, DC: Energy Information Administration - EIA, [2013]. Disponível em: <http://www.eia.doe.gov/oil_gas/petroleum/info_glance/petroleum.html>. Acesso em: out. 2013.

WILSON, K. *The architecture of the system of national accounts: a three-way country comparison, Canada, Australia, and United Kingdom*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2005. 28 p. (NBER working paper series, n. 11106). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w11106.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

Glossário

ajustamento CIF/FOB Conciliação das diferentes avaliações utilizadas na importação: o total da importação é avaliado a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros) e na abertura por produto a preços CIF (incluindo despesas com fretes e seguros).

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

capacidade ou necessidade de financiamento Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado através da emissão de passivos financeiros.

carga tributária bruta Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições e o produto interno bruto.

carga tributária líquida Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzidas as despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto.

consumo final efetivo das administrações públicas Despesas efetuadas com serviços coletivos.

consumo final efetivo das famílias Despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

consumo intermediário Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, ao Programa de Integração Social - PIS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

contribuições sociais imputadas dos empregadores Diferença entre os benefícios sociais pagos pelas administrações públicas diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

deflator Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

despesas de consumo final das administrações públicas Despesas com serviços individuais e coletivos prestados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), deduzindo-se os pagamentos parciais (entradas de museus, matrículas etc.) efetuados pelas famílias. São valorados ao custo de sua produção.

despesas de consumo final das famílias Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

exportação de bens e serviços Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

formação bruta de capital fixo Acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

importação de bens e serviços Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

margem de comércio Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

margem de transporte Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

ocupações Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

outros impostos sobre a produção Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

poupança bruta Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final, sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado, sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção - o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; e c) da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

receita disponível do governo Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

receita tributária Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

renda de propriedade Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo tangível não produzido, como terrenos.

renda disponível bruta Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

renda nacional bruta Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção enviados (recebidos) ao (do) resto do mundo.

rendimento misto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas (autônomos), que não pode ser identificada separadamente entre capital e trabalho.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

saldo das transações correntes com o resto do mundo Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

setor institucional Conjunto de unidades institucionais, que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

subsídios à produção Transferências correntes sem contrapartida das administrações públicas destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

território econômico Território geográfico administrado por um governo dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

transferências Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

transferências correntes Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

transferências de capital Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Roberto Luís Olinto Ramos

Gerência de Contas Regionais

Alessandra Soares da Poça

Frederico Sérgio Gonçalves Cunha

Comissão técnica

Adalberto Maia Neto

Alessandra Soares da Poça

Ana Cláudia de Azevedo Monteiro

Cláudia Baptista Ferreira Pereira

Dinamar Maria Ferreira Marques

Eliandres Pereira Saldanha

Frederico Sérgio Gonçalves Cunha

João Paulo Caetano Santos

Juarez Meneghetti

Maria Aparecida Sales Souza Santos

Martinho Roberto Lazzari

Milton Antonio do Nascimento

Renato Mendes Freitas

Ricardo Kureski

Roberto Luís Olinto Ramos

Elaboração do texto, tabelas e gráficos

Alessandra Soares da Poça

Frederico Sérgio Gonçalves Cunha

Roberto Luís Olinto Ramos
Valdilson Batista de Moraes

Organização

Alessandra Soares da Poça
Frederico Sérgio Gonçalves Cunha
Valdilson Batista de Moraes

Técnicos participantes da Coordenação de Contas Nacionais

Alessandra Soares da Poça
Amanda Mergulhão Santos Barros
Amanda Rodrigues Tavares
André Artur Pompéia Cavalcanti
Andréa Bastos da Silva Guimarães
Carlos Cesar Bittencourt Sobral
Carmen Maria Gadea de Souza
Christina Elisabeth Fischer Mattoso Maia Forte
Cláudia Coelho Reis
Claudia Dionisio Esterminio
Cláudio Ananias Ferraz
Cristiano de Almeida Martins
Douglas Moura Guanabara
Eduardo Studzinski Estima de Castro
Ernani Santiago Filho
Evaldo Gomes Rangel
Fabrício Marques Santos
Felipe de Oliveira Sampaio
Fernando José Benedito
Filipe Keuper Rodrigues Pereira
Frederico Sérgio Gonçalves Cunha
Gustavo Chalhoub Garcez
Humberto Lopes
João Hallak Neto
Jonas de Oliveira Lima
José Luiz de Moraes Ferreira Louzada
Julia Gontijo Vale
Katia Namir Machado Barros
Luciene Rodrigues Kozovits
Márcia França Ribeiro Fernandes dos Santos
Marcio Resende Ferrari Alves
Marcus José de Oliveira Campos
Marinalva Naus da Silva Muglia Lima
Michel Vieira Lapip
Nelma de Fátima Mendonça Barcellos
Patrícia Schmitt Fontenelle
Paulo Henrique Polly Montoya

Paulo Maurício Ferreira Madeira
Raimundo Tavares Guedes
Raquel Callegario Gomes
Rebeca de La Rocque Palis
Ricardo Montes Moraes
Ricardo Ramos Zarur
Roberto Luís Olinto Ramos
Rodrigo Vieira Ventura
Sheila Cristina Zani
Tássia Gazé Holguin
Teresa Cristina Bastos
Valdilson Batista de Moraes
Vera Lúcia Duarte Magalhães

Órgãos Estaduais de Estatística

Rondônia

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

Hilda Coêlho Gomes Denny
Telma Regina Silva de Albuquerque
Teresa Cristina Simoni

Acre

Secretaria de Estado de Planejamento - Departamento de Estudos e Pesquisas

Roney Wellington da Silva Caldera
Arlene de Nazaré Silva Pessoa
Shirley Brana Vilela
Valdenir Cardoso Gomes de Melo Júnior

Amazonas

Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento

Econômico - SEPLAN

Casemiro Rodrigues de Souza
Ezio Lacerda Lopes
Francisco Alves de Freitas
José Sandro da Mota Ribeiro
Julio Afonso da Silva Filho

Roraima

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima

Fábio Rorigues Martinez
Milton Antonio do Nascimento
Natalino de Araújo Paiva

Pará

Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará - IDESP

Ana Cláudia Oliveira Andrade
José Dias de Carvalho Zurutuza

Maria Glaucia Pacheco Moreira
Nanety Cristina Alves dos Santos
Sérgio Castro Gomes

Amapá

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro

Carlos José Gonçalves Neves
Francisco de Assis Souza Costa
Leila Silvia Sacramento da Silva
Regina Celis Martins Ferreira

Tocantins

Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública - SEPLAN/TO

Grazielle Azevedo Evangelista
Kézia Araújo

Maranhão

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e

Cartográficos - IMESC

Dionatan Silva Carvalho
Sadick Nahuz Neto

Piauí

Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO

Evaristo Alves dos Reis Junior
Joana D'Arc Fortes Portela Barbosa
Maria de Fátima Facchinetti de Almendra Freitas

Ceará

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Alexsandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia Souza
Cleyber Nascimento de Medeiros
Klinger Aragão
Margarida Maria Sérgio do Nascimento
Nicolino Trompieri Neto
Witalo Lima Paiva

Rio Grande do Norte

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA

José Leônidas Galvão Neto
Wagner Rodrigues

Paraíba

Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba - IDEME

Geraldo Lopes de Oliveira
Leilah Silva Barros
Rosimélia Lima Santos de Araújo

Pernambuco

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM

Carlos Henrique Loyo Carneiro da Cunha
Claudia Baptista Ferreira Pereira
Mariana Haack Meira Lins (estagiária)
Wilson Grimaldi

Alagoas

Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPLANDE

Christiane Louise Lima Silva
Gilvandro Freitas
Ilmo Wanderley Gallindo
Roberson Leite Silva Júnior
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Sergipe

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG

Ana Rita Dória Oliveira Fiel
José Carlos Pereira
Josefa Maria Góis de Mello
Márcia de Andrade Bastos

Bahia

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

Denis Veloso da Silva
Gustavo Casseb Pessoti
João Paulo Caetano Santos
Karina Maria das Graças Carneiro da Silva
Simone Borges Medeiros Pereira

Minas Gerais

Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações - FJP

Carla Cristina Aguilar de Souza
Joana de Oliveira Neuenschwander (estagiária)
Maria Aparecida Sales Souza Santos
Marilene Cardoso Gontijo
Raimundo de Sousa Leal Filho
Reinaldo Carvalho de Moraes
Thiago Rafael Corrêa de Almeida

Espírito Santo

Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

Adriano do Carmo Santos
Edna Moraes Tresinari
Victor Nunes Toscano
Vitor Januário Oliveira

Rio de Janeiro**Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores do Rio de Janeiro - CEPERJ**

Ana Cristina Xavier Andrade
Armando de Souza Filho
Rodrigo Santos Martins
Seráfita Azeredo Avila

Paraná**Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES**

Ricardo Kureski
Suryane Nabhem Kalluf

Santa Catarina**Secretaria de Estado do Planejamento - SPG**

Alex Ribeiro
Carlos Mestre Crespo Luz
Paulo Zoldan

Rio Grande do Sul**Fundação de Economia e Estatística - FEE**

Carlos Bertolli de Gouveia
Carolina Agranonik
Eliana Figueiredo da Silva
Jéfferson Augusto Colombo
Juarez Meneghetti
Martinho Roberto Lazzari
Rodrigo de Sá da Silva
Sérgio Fischer
Vinícius Dias Fantinel

Mato Grosso do Sul**Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC**

Eliandres Pereira Saldanha
Giorgia dos Santos Cara Vilela
Loraine Osterberg Benites Pereira
Sebastião Carvalho de Oliveira

Mato Grosso**Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN**

Eduardo Matsubara
Marilde Brito Lima

Goiás**Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB/SEGPLAN/GO**

Dinamar Maria Ferreira Marques
Luciano Ferreira da Silva
Millades de Carvalho Castro

Distrito Federal

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN

Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira

Sandra Regina Andrade Silva

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Ana Claudia de Azevedo Monteiro

Ana Maria Oliveira de Souza

Patry Marques Boscá

Renato Mendes Freitas

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular

Katia Vaz Cavalcanti

Leonardo Martins

Sônia Rocha

Diagramação tabular

Sônia Rocha

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos

Cristina R. C. de Carvalho

Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Leonardo Martins

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Sebastião Monsores

Tratamento de arquivos e mapas

Evilmerodac Domingos da Silva

Produção de multimídia

Alberto Guedes da Fontoura Neto

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva

Carla de Castro Palmieri

Elizabeth de Carvalho Faria

Lioara Mandoju

Maria Beatriz Machado Santos Soares

Maria Socorro da Silva Araújo

Solange de Oliveira Santos

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte

Contas nacionais

Matriz de insumo-produto: Brasil 1980. (Série relatórios metodológicos, v. 7).

Matriz de insumo-produto: Brasil 1985. 2 disquetes; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1990.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1991. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1992. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1993. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1994. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1995.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1996.

Matriz de insumo-produto: Brasil. (Série relatórios metodológicos, v. 18).

Matriz de insumo-produto: Brasil 2002/2005. (Contas nacionais, n. 23).

Brasil: novo sistema de contas nacionais, metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. 2 v. (Textos para discussão, n. 10).

Novo sistema de contas nacionais, séries correntes 1981-85. 2.v. (Textos para discussão, n. 51).

Sistema de contas nacionais, tabelas de recursos e usos: metodologia. (Textos para discussão, n. 88).

- Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: 1990-1995; v. 2: 1996.
- Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1997. (Contas nacionais, n. 1).
- Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. (Contas nacionais, n. 2).
- Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: Tabelas de recursos e usos 1995-1999; v.2: Contas econômicas integradas 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 1998-2000. (Contas nacionais, n. 7).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 1999-2001. (Contas nacionais, n. 9).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. (Contas nacionais, n. 10).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 12).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2005. (Contas nacionais, n. 19).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2005. (Contas nacionais, n. 20).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2002-2006. (Contas nacionais, n. 24).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 27).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 31).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2005-2009. (Contas nacionais, n. 34).
- Contas regionais do Brasil 1985-1997. (Contas nacionais, n. 3).
- Contas regionais do Brasil 1998. (Contas nacionais, n. 5).
- Contas regionais do Brasil 1999. (Contas nacionais, n. 6).
- Contas regionais do Brasil 2000. (Contas nacionais, n. 8).
- Contas regionais do Brasil 2001. (Contas nacionais, n. 11).
- Contas regionais do Brasil 2002. (Contas nacionais, n. 13).
- Contas regionais do Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 15).
- Contas regionais do Brasil 2004. (Contas nacionais, n. 17).
- Contas regionais do Brasil 2002-2005. (Contas nacionais, n. 21).
- Contas regionais do Brasil 2003-2006. (Contas nacionais, n. 25).
- Contas regionais do Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 28).
- Contas regionais do Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 32).
- Contas regionais do Brasil 2005-2009. (Contas nacionais, n. 35).
- Contas regionais do Brasil 2010. (Contas nacionais, n. 38).

Contas regionais do Brasil 2011. (Contas nacionais, n. 40).

Produto interno bruto dos municípios 1999-2002. (Contas nacionais, n. 14).

Produto interno bruto dos municípios 1999-2003. (Contas nacionais, n. 16).

Produto interno bruto dos municípios 2000-2004. (Contas nacionais, n. 18).

Produto interno bruto dos municípios 2002-2005. (Contas nacionais, n. 22).

Produto interno bruto dos municípios 2003-2006. (Contas nacionais, n. 26).

Produto interno bruto dos municípios 2003-2006. (Contas nacionais, n. 30).

Produto interno bruto dos municípios 2004-2008. (Contas nacionais, n. 33).

Produto interno bruto dos municípios 2005-2009. (Contas nacionais, n. 36).

Produto interno bruto dos municípios 2010. (Contas nacionais, n. 39).

Conta - satélite de saúde: Brasil 2005-2007. (Contas nacionais, n. 29).